

# Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX

Tarcísio R. Botelho

Universidade Federal de Minas Gerais, CNPq, Brasil

RESUMO: O objetivo do paper é realizar uma análise da população brasileira desde princípios do século XVIII até o final do século XIX, observando a sua composição conforme as relações de trabalho a que estavam submetidos os seus habitantes. Apresentam-se estimativas da população em intervalos de 20 a 60 anos, de 1720 a 1872, discutindo-as na relação com a realidade colonial e as transformações que são introduzidas a partir do processo de independência política e de construção do Estado nacional. O trabalho se concentra em torno dos anos de 1720, 1780, 1808, 1830 e 1872, momentos em que uma significativa quantidade de evidências sobre a população torna a tarefa mais factível. Para esses momentos, podemos encontrar contagens parciais da população (década de 1720, década de 1770-1780, 1808, década de 1830) e o censo nacional de 1872. A partir de ajustes nos dados existentes, são estabelecidas taxas de crescimento anual entre 1720, 1780, 1808, 1830 e 1872, reconstruindo-se em seguida os totais anuais da população brasileira entre as datas extremas (1720 e 1872).

## Introdução

Entre os anos 1940 e 1947, o estatístico italiano Giorgio Mortara publicou uma série de artigos nos primeiros números da Revista Brasileira de Estatística em que ele construía séries históricas para a população brasileira. Em um dos primeiros artigos, do ano de 1941, ele estimava a população brasileira entre os anos de 1770 e 1920 usando os dados dos censos de 1920, 1890 e 1872 e de estimativas de população de 1830 e 1808.<sup>1</sup> Para as estimativas de 1830 e de 1808, ele recorreu ao trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva, intitulado *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada Província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*, que havia sido divulgado no relatório do Ministro do Império de 1870 como estudo preliminar ao censo de 1872.<sup>2</sup> O estudo de Joaquim Norberto de Souza e Silva cita uma série de estimativas para a população das regiões administrativas brasileiras (capitanias e províncias) desde o período colonial até as vésperas do primeiro censo nacional que estava sendo organizado naquele momento. Posteriormente, o censo de 1920 republicou essas estatísticas copiladas por Joaquim Norberto, acrescentando os dados dos censos nacionais de 1872, 1890 e 1900. Este trabalho, às vezes equivocadamente atribuído a Oliveira Vianna, era parte do volume introdutório à publicação dos resultados do censo de 1920 e tem como título *Resumo*

---

<sup>1</sup> MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870-1920. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 2, n. 5, p. 39-60, 1941. As estimativas anuais do volume da população brasileira encontram-se na p. 43.

<sup>2</sup> BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1870*. Rio de Janeiro: 1870, Anexo. Este documento foi republicado em: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e; RECENSEAMENTO DO BRASIL, 1920. *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje; Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar).

*histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil.*<sup>3</sup> Os dados compilados por Joaquim Norberto de Souza e Silva as estimativas construídas por Giorgio Mortara têm sido continuamente utilizados em estudos sobre a população brasileira para os séculos XIX e último quartel do século XVIII.<sup>4</sup>

Em 1963, Dauril Alden localizou e sistematizou mapas de população de diversas capitanias da América portuguesa entre os anos de 1753 e 1817. Esse material foi o resultado de pedidos contínuos feitos pelo governo metropolitano para os governadores das colônias e refletia as preocupações da época. Naquele momento, segundo Dauril Alden, o engajamento dos impérios coloniais em lutas pela hegemonia na região justificava em parte o crescente interesse em informações seguras sobre o número de colonos, visando a coleta de impostos e o recrutamento militar. Mas também as preocupações típicas dos governantes ilustrados setecentistas ajudam a compreender tais empreendimentos, geralmente associados ao fornecimento de informações sobre temperaturas, localização das cidades, montanhas e outros.<sup>5</sup> Muitos desses dados já haviam sido publicados, mas foi necessário agregar manuscritos guardados em diversos arquivos portugueses e brasileiros. Dauril Alden, com base nessa diversidade de evidências, estimou a população da América portuguesa do período entre 1776 e 1782 em 1,555 milhões de habitantes. Os dados apresentados em tal artigo também foram utilizados por vários autores interessados no volume da população brasileira no último quartel do século XVIII.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> BRASIL, DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Volume I: Introdução. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1922, p. 401-483. Este documento foi republicado em: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e; RECENSEAMENTO DO BRASIL, 1920. *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje; Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar). Curiosamente, esse volume introdutório não apresenta dados do próprio censo. Ele contém uma série de ensaios sobre o Brasil. Em ordem de aparecimento no volume, temos: *Aspecto físico do Brasil*, sem especificação da autoria; *Geologia e estratigraphica e economica*, do engenheiro de minas Euzébio Paulo de Oliveira, do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura; *A flora no Brasil*, de F. C. Hoehne, chefe da Seção de Botânica do Instituto Soroterápico de Butantã, São Paulo; *Esboço geral da fauna brasileira*, de Alípio de Miranda Ribeiro, da Sociedade Zoológica de Londres, da Sociedade de Ciências Naturais de Lisboa e da Sociedade Brasileira de Ciências; e, *O povo brasileiro e sua evolução*, de F. J. Oliveira Vianna. Em seguida, há o *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*, sem autoria, que atualiza o trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva; e o *Histórico e instruções para a execução do Recenseamento de 1920*. A origem da atribuição indevida a Oliveira Vianna da autoria do *Resumo...* deve-se ao fato dele aparecer imediatamente após a *O povo brasileiro e sua evolução*.

<sup>4</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Volume II: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, Brasília, FUNAG, 1999, p. 311-339. PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José Alberto Magno de, LEITE, Valéria da Motta. Demografia. In: FUNDAÇÃO IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2 ed.. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 19-52, MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H.. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, LEFF, Nathaniel, *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*. Volume 1: estrutura e mudança econômica, 1822-1947. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991, BALHANA, Altiva Pilatti. A população. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 19-62..

<sup>5</sup> ALDEN, Dauril, The population of Brazil in the late Eighteenth century: a preliminary study, *Hispanic American Historical Review*. v. 43, n.2, p. 176, may 1963.

<sup>6</sup> PAIVA, Clotilde et al., op. cit., BALHANA, Altiva Pilatti, op. cit., dentre outros.

Desde a década de 1960, o conhecimento do passado brasileiro avançou de forma acentuada. Houve o desenvolvimento de estudos monográficos sobre suas diferentes regiões ao longo dos séculos XVIII e XIX. Embora a história demográfica tenha perdido espaço na produção historiográfica recente, em geral, os avanços nesta área continuaram e permitiram aprofundar a compreensão de algumas dinâmicas populacionais específicas. Além disso, desde o final dos anos 1990 houve um enorme esforço de organização e disseminação de informação arquivística e bibliográfica. A principal mudança quanto ao acesso de informações histórica foi o uso das tecnologias de digitalização de imagens e de sua disponibilização pela internet com ferramentas de busca eficazes. Hoje é possível acessar de forma rápida e fácil alguns importantes acervos documentais. Destaca-se nesse universo o Projeto Resgate, financiado pelo governo brasileiro, que organizou e digitalizou a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e tornou-a acessível aos pesquisadores através de mídias digitais. Ao mesmo tempo, os processos de digitalização de acervos bibliográficos tornaram mais ágeis as buscas por obras publicadas décadas ou séculos atrás. Muitas obras citadas em trabalhos antigos e que demandavam pesquisas (muitas vezes infrutíferas) em bibliotecas de obras raras hoje podem ser acessadas em bibliotecas digitais on line.<sup>7</sup>

Em vista disso, torna-se viável e desejável que se proceda à revisão dos estudos pioneiros citados acima. Seu pioneirismo permanece importante porque eles mapearam as fontes de dados disponíveis no momento em que foram produzidos. Hoje é possível refazer o caminho percorrido por eles de forma mais sistemática e segura. Por outro lado, os avanços no campo específico do conhecimento histórico permitem que se acrescente ou mesmo substitua referências documentais, completando o quadro que, conforme reconheciam esses autores pioneiros, era ainda falho e impreciso. O objetivo deste artigo é, portanto, visitar tais estudos que mapearam a população brasileira desde o último quartel do século XVIII. Ao lado disso, pretende-se recuar as estimativas sobre a população brasileira até o primeiro quartel do século XVIII, cobrindo um período de intenso crescimento demográfico provocado pela descoberta de ouro no interior da colônia portuguesa nas Américas.

Para realizar tal objetivo, o artigo se divide em quatro partes que se organizam em uma cronologia invertida. Assim, a primeira parte analisa os trabalhos de Joaquim Norberto de Souza e Silva e de Giorgio Mortara, buscando reconstruir a trajetória da população brasileira desde o início do século XIX até 1872. Para tanto, procuro recuperar as fontes de dados utilizadas por esses autores, criticando-as e, sempre que possível, substituindo-as por outras mais acuradas e confiáveis estabelecidas pelos trabalhos historiográficos das últimas décadas. A segunda parte do artigo realiza o mesmo trajeto com a pesquisa original de Dauril Alden, criticando seus dados a partir dos trabalhos realizados desde então. A terceira parte sistematiza as estatísticas sobre a população brasileira disponíveis para os anos entre 1720 e princípios da década de 1780. A quarta e última parte reconstrói o volume anual da população brasileira a partir das estatísticas recuperadas anteriormente.

---

<sup>7</sup> São exemplos dessas ferramentas os sites da Biblioteca Nacional da França (<http://gallica.bnf.fr/>), da Fundação Biblioteca Nacional (<http://www.bn.br/portal/>), da Coleção Digital da Biblioteca do IBGE (<http://biblioteca.ibge.gov.br/>) e do projeto Memória Estatística do Brasil, ligado ao projeto NEMESIS/IPEA (<http://memoria.nemesis.org.br/>).

## Os trabalhos de Joaquim Norberto de Souza e Silva e de Giorgio Mortara

O Relatório do Ministro dos Negócios do Império dirigido à Assembléa Geral Legislativa em 1870 veio acompanhado de um extenso documento intitulado *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada provincia de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje*. Assinado por Joaquim Norberto de Souza e Silva, procurava sistematizar as informações disponíveis acerca dos diversos levantamentos populacionais tentados em suas respectivas circunscrições administrativas. O objetivo era subsidiar a realização do primeiro censo geral do Império brasileiro, que se planejava para o ano de 1872.<sup>8</sup>

Na primeira parte, autor fez uma análise dos esforços para obtenção de estatísticas demográficas no país. As inúmeras recomendações dos poderes centrais, as diversas leis que procuravam estabelecer uma estatística regular, a experiência fracassada de promover o primeiro censo nacional em 1852, todos estes momentos foram ordenados de modo a demonstrar a necessidade urgente e inadiável do país realizar o seu censo geral. Do ponto de vista interno, permaneciam as dúvidas sobre o total e a distribuição da população, estorvando a administração pública e privando-a de bases seguras para sua atuação. Do ponto de vista externo, mantinha-se o país à margem da tendência já consolidada nas “nações civilizadas” (entenda-se a Europa e os EUA) de contar com este importante instrumental de conhecimento técnico e científico. Assim, perguntava nosso autor, “se temos tomado parte nos festins da indústria celebrados pelas nações de além-mar, por que também não iremos sentar-nos no congresso estatístico das nações?” Era, pois, chegada a hora de realizar o censo nacional para que o Brasil pudesse figurar “ao lado dos recenseamentos das populações dos estados, que caminham na vanguarda da civilização”.<sup>9</sup>

Após esta parte introdutória, Joaquim Norberto de Souza e Silva apresentava as estatísticas disponíveis, organizando capítulos dedicados a cada uma das províncias brasileiras. Ele havia pedido aos presidentes de província que enviassem as informações já existentes sobre a população no passado, além de realizarem cálculos ou levantamentos sobre a população naquele momento. A ausência de resposta da maioria dos presidentes levou o autor a recorrer às informações disponíveis nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro para formar um quadro sobre a evolução demográfica de cada uma das províncias. Ao final de cada capítulo, ele fazia uma recapitulação dos dados, sempre que possível dividindo a população total entre livres e escravos.

A conclusão, intitulada “População geral do Império”, recuperava as estatísticas disponíveis para todo o Império. Assim, ele apresentou as estimativas produzidas por vários burocratas e autores, desde o ano de 1776 até 1869. Para os anos de 1819,

---

<sup>8</sup> De fato, o Brasil realizou seu primeiro censo nacional em 1872. Sobre o planejamento e a execução do censo de 1872, ver BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998 (Tese de Doutorado – História Social), e, SENRA, Nelson C.. *Estatísticas desejadas: 1822-c.1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

<sup>9</sup> BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1870*. Rio de Janeiro: 1870, Anexo. Este documento foi republicado em: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e; RECENSEAMENTO DO BRASIL, 1920. *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada provincia de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje*; Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1<sup>a</sup> ed.: 1870); as citações estão na p. 17.

1830, 1854, 1867 e 1869, a população está distribuída entre as províncias; para 1819, 1854 e 1869, também há a distribuição entre livres e escravos. O quadro 1 reproduz as estimativas citadas por Souza e Silva para a população total do Brasil e a “autoridade” responsável por cada uma delas.

Esses dados apresentados por Joaquim Norberto de Souza e Silva tiveram uma longa trajetória nas análises sobre o passado brasileiro. A publicação do IBGE intitulada *Estatísticas históricas do Brasil* republica vários dados identificados por Souza e Silva. Da mesma forma, autores importantes como Maria Luiza Marcílio e Altiva Pilatti Balhana, citadas anteriormente, tomam o trabalho de Souza e Silva como guia para a elaboração de visões sintéticas sobre a população brasileira no passado.<sup>10</sup>

Em 1941, Giorgio Mortara publicou na *Revista Brasileira de Estatística* um artigo em que propunha a “retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870-1920”.<sup>11</sup> Esse estatístico italiano chegou ao Brasil nos anos 1930 fugindo do fascismo, convidado pelo governo brasileiro para trabalhar como consultor técnico da Comissão Censitária Nacional. Depois, permaneceria no IBGE até meados da década de 1950. Nesse período, foi um dos principais planejadores dos censos de 1940 e 1950, que se destacaram pela qualidade dos trabalhos e pela riqueza de quesitos inseridos nos seus formulários. Também foi um importante divulgador de técnicas de análise demográfica que permitiram o avanço dessa disciplina no Brasil.<sup>12</sup> Ao mesmo tempo, ele buscou recorrer às estatísticas disponíveis para reconstruir séries históricas de eventos vitais para o Brasil. O artigo que analiso agora seria um dos primeiros resultados desse esforço.

Na terceira parte do artigo, Mortara propõe-se a fazer um “exame crítico dos elementos disponíveis”. Do ponto de vista da população, no entanto, ele assume que irá utilizar os censos de 1920, 1890 e 1872 e as estimativas de 1830 e de 1808. Calculando a taxa de crescimento anual da população entre estas cinco datas e retrocedendo com os dados de 1808 até 1770, ele reconstrói o que seria a população média brasileira nos anos solares entre 1919-1920 e 1770-1771. Conforme citado anteriormente, essa série construída por Mortara também tem uma longa trajetória em termos de utilização em estudos gerais sobre o Brasil.<sup>13</sup>

Conforme destaquei na introdução, gostaria de fazer uma crítica mais cuidadosa dos dados levantados por Souza e Silva e que foram utilizados por Mortara e outros. O objetivo é poder apontar algumas alternativas que embasem uma nova série histórica para a evolução anual da população brasileira, retificando aquela publicada por Mortara em 1941.

O primeiro problema refere-se ao uso da estimativa de 1830. Souza e Silva cita como origem dos dados do *Tableau statistique du Brésil en 1830*, inserida na *Géographie universelle* de Malte-Brun. Trata-se do tomo 6 do *Précis de la Géographie Universelle ou Description de toutes les parties du monde sur un plan nouveau d’après les grandes divisions naturelles du globe*. Nas páginas 339 e 340 acha-se a tabela

---

<sup>10</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza, op. cit., BALHANA, Altiva Pilatti, op. cit..

<sup>11</sup> MORTARA, Giorgio, op. cit.

<sup>12</sup> Sobre Giorgio Mortara, ver SENRA, Nelson C.. *Estatísticas organizadas: c.1936-c.1972*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

<sup>13</sup> Especialmente LEFF, Nathaniel, op. cit., e, Merrick, Thomas, GRAHAM, Douglas, op. cit.

estatística citada por Souza e Silva. Entretanto, não temos como saber de onde o autor tirou os valores atribuídos à população das províncias brasileiras. Além disso, elas são estimativas bastante grosseiras já que se limitam a informar os habitantes em milhares.

O segundo problema refere-se ao arredondamento que Mortara fez aos dados de 1808. Para essa data, Souza e Silva apenas cita que D. Rodrigo de Souza Coutinho teria ordenado o levantamento de um censo, a partir do qual ele estimou a população brasileira em 4 milhões de habitantes. Giorgio Mortara assumiu esse valor como ponto para estimar a taxa de crescimento anual entre 1808 e 1830. Entretanto, em 1895 a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou uma *Memória estatística do Império do Brasil*, oferecida ao Marquez de Caravelas por um autor anônimo. Essa é, possivelmente, o resultado do censo ordenado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.<sup>14</sup> A memória informa uma população total de 2,4 milhões de habitantes e, como veremos adiante, é mais consistente com a evolução da população brasileira na passagem do período colonial para o período imperial.

Portanto, o que quero propor é uma revisão dessas duas estimativas, de 1808 e de 1830. Ao assumir os dados de D. Rodrigo de Souza Coutinho para 1808 e de Malte-Brun para 1830, Mortara encontrou uma taxa de crescimento anual de 1,28%, que ele aplicou também para recuar sua série histórica até 1770. Entretanto, ele mesmo admitiu que, à vista dos dados publicados pela *Memória estatística do Império do Brasil*, esses números poderiam estar superestimados. Ao utilizar os dados de Malte-Brun para 1830, ele encontrou uma taxa de crescimento anual de 1,53% até 1872. Apresento nas Tabelas 1 e 2 novas estimativas para esses dois momentos. Para 1808, adotei o total e a distribuição provincial da *Memória estatística do Império* e estimei a distribuição por sexo e condição social.<sup>15</sup> Para a década de 1830, tomei as estatísticas existentes para diversas províncias do Império. Para as províncias sem estatísticas de população na década de 1830, calculei o valor para 1835 a partir de interpolações ou extrapolações de dados disponíveis.<sup>16</sup> Na tabela 3, apresento os dados do censo de 1872. Na quarta parte desse artigo, ao sugerir outros valores para a população brasileira em 1808 e 1830, as taxas de crescimento anual calculadas por Mortara serão revistas para cima.

## Dauril Alden e a população do Brasil no último quartel do século XVIII

Dauril Alden produziu o seu artigo com o propósito de reconstruir as características demográficas da população do Brasil colonial. Para ele, existiam poucos estudos interessados nessa temática para o Brasil do período pré-independência. Para sanar essa lacuna, ele realizou um enorme esforço de localização, identificação e

---

<sup>14</sup> AUTOR ANÔNIMO. *Memória estatística do Império do Brasil*, oferecida ao Marquez de Caravelas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LVIII, Parte I, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Trimestres 1895, p. 91-99. Os dados foram sistematizados e publicados em BRASIL, DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, op. cit., p. 404; e PAIVA, Clotilde et al., op. cit., p. 31.

<sup>15</sup> Acerca dos procedimentos adotados nessas estimativas, ver BOTELHO, Tarcísio, op. cit., Anexo I.

<sup>16</sup> Sobre as estatísticas provinciais disponíveis para o Brasil do século XIX, ver BOTELHO, Tarcísio, op. cit., Anexo II.

sistematização das diversas contagens populacionais que teriam ocorrido nas décadas finais do século XVIII e nos princípios do século XIX.

O esforço de parte da elite portuguesa em colocar-se a par das transformações em curso no restante da Europa fez crescer, a partir da ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a preocupação com o conhecimento do império português. Tornava-se importante uma compreensão melhor da realidade das colônias (e mesmo da metrópole) a fim de que pudessem ser implantadas as reformas necessárias ao engrandecimento do império. Estas reformas eram tanto administrativas quanto econômicas e sociais. Embora encontremos levantamentos censitários para todo o século XVIII (mas especialmente para a sua segunda metade), foi em 1776 que ocorreu a primeira tentativa de realizá-los simultaneamente em toda a colônia portuguesa. Em circular datada de maio daquele ano, Martinho de Melo e Castro solicitava a remessa anual da relação do número de habitantes das Capitânicas, “ponto de tanta importância, como é o de saber sua Majestade o número de Vassallos que habitam o seu Domínio”. Segundo Dauril Alden, estaríamos assistindo à extensão para todas as partes da América portuguesa dos procedimentos previamente tentados no Pará, Goiás e São Paulo em anos anteriores. Por outro lado, este “censo” de 1776 se inspiraria nas técnicas adotadas pelo levantamento espanhol de 1768, dada a similaridade das faixas etárias solicitadas.<sup>17</sup>

Seguiram-se nos anos finais do século XVIII e primeira década do século XIX inúmeras tentativas de recenseamentos, porém sem o mesmo esforço de sistematização. Permanecem, nestes levantamentos censitários, os mesmos problemas apontados na análise de Dauril Alden sobre o censo de 1776, em especial o excesso de mãos envolvidas na sua confecção.<sup>18</sup> Em geral, os capitães-generais (cabeças da administração das capitânicas gerais) reportavam-se aos capitães-mores (que encabeçavam as administrações municipais) e aos vigários das paróquias para que elaborassem tabelas da população local. A partir das listas de ordenanças (listagens de habitantes com finalidades militares ou fiscais) e de desobrigas (listagens de paroquianos que se confessavam na freguesia e pagavam as desobrigas), estes funcionários locais enviavam os dados solicitados. Entretanto, começavam aí os problemas com os levantamentos populacionais. O temor ao fisco e ao recrutamento militar, aliado à extensão das circunscrições administrativas e ao isolamento da população rural, eram reconhecidos pelos próprios responsáveis pela organização das listas de habitantes como um fator que tornava os seus resultados problemáticos. Embora Dauril Alden fale da pouca resistência aos levantamentos censitários por parte dos colonos portugueses, se comparada à experiência colonial norte-americana,<sup>19</sup> estas limitações estavam reportados nos documentos que em geral acompanhavam os mapas enviados aos capitães-generais.

---

<sup>17</sup> Cópia do ofício de Martinho de Melo e Castro ordenando o censo pode ser encontrada em: Arquivo Nacional, Ministério do Reino e do Império, Caixa 761. ALDEN, D., op. cit., faz uma discussão em torno da organização deste levantamento censitário, sua articulação com o levantamento espanhol e o significado das faixas etárias adotadas, bem como as dificuldades encontradas e os resultados alcançados. Neste mesmo ano foram organizadas em Portugal pelo intendente Pina Manique as “listas dos povos do reino”, contendo o número de “fogos” existentes nas diversas “terras” do reino de Portugal; conforme: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *A população de Portugal*. Portugal: 1972. (Centro de Estudos Demográficos, Caderno N<sup>o</sup> 2), p. 8.

<sup>18</sup> ALDEN, D., op. cit., p. 181.

<sup>19</sup> ALDEN, D., op. cit., p. 181.

Em sua busca sistemática pelos levantamentos populacionais do período, Dauril Alden conseguiu localizar 51 fontes de dados para a população de todas as capitanias brasileiras entre 1753 e 1817. A maioria das fontes estava concentrada entre os anos de 1772 e 1782, o que o permitiu estabelecer um total para a população brasileira. Entretanto, ao examinar o detalhamento dos dados contido em muitas das fontes, ficavam evidentes algumas subenumerações, sobretudo de crianças. O autor, então, realizou alguns ajustes nos dados das diversas províncias, encontrando o total de 1,555 milhões de habitantes citado anteriormente.<sup>20</sup>

Para o total encontrado por Alden, há duas objeções a serem feitas. Em primeiro lugar, a soma das populações das capitanias resulta em 1.564.981, e não 1.555.200 como aparece na tabela e ao longo do texto. Em segundo lugar, como há um intervalo de 10 anos entre os dados coletados por Alden, considero importante introduzir outros ajustes já que o objetivo é ter um valor exato associado a um determinado ano. Para compensar o crescimento diferencial entre as capitanias nos diversos anos de levantamento populacional, ajustei-as ao ano de 1780. Para tanto, considerei o crescimento anual calculado entre 1808 e o ano do levantamento populacional utilizado por Alden. Esse ajuste resultou em uma população de 1.575.733 habitantes para o Brasil em 1780. Os resultados estão na Tabela 4. Pretendo basear-me nesse total recalculado para obter os totais anuais da população brasileira entre 1808 e 1780.

## A população brasileira entre 1720 e princípios da década de 1780

Conforme dito na introdução, essa terceira parte procura sistematizar as estatísticas sobre a população brasileira disponíveis entre os anos de 1720 e princípios da década de 1780, com o objetivo de estimar o seu total no ano de 1720. Essa é a parte mais desafiadora porque as estatísticas são muito escassas para períodos anteriores a 1770.<sup>21</sup>

Início citando aquelas capitanias para as quais contamos com dados anteriores a 1770. A Bahia possui um bom levantamento populacional realizado entre 1718 e 1724, e que inclui Sergipe. Seus resultados foram publicados pelo Padre Gonçalo Soares de França e sintetizados por Stuart Schwartz.<sup>22</sup> Para Minas Gerais, há uma riqueza de dados sobre a população escrava para a primeira metade do século XVIII. Nesse período, a cobrança de tributos sobre o ouro baseava-se no total de escravos de cada minerador, daí a realização de levantamentos sistemáticos sobre a população cativa. Douglas Libby apresenta uma síntese dessas estatísticas, e a partir delas

---

<sup>20</sup> ALDEN, D., op. cit., p. 191, Tabela II.

<sup>21</sup> Maria Luiza Marcílio já destacara isso em muitos dos seus escritos desde a década de 1970. Ela chama de proto-estatístico o período entre 1770 e 1872, enquanto o período anterior a 1770 é considerado pré-estatístico dado as dificuldades em se encontrar levantamentos populacionais. A esse respeito, ver MARCILIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica do Brasil. *Anais de Historia*, Assis-SP, v. 2, p. 81-100, 1970, dentre outros.

<sup>22</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 87. A publicação original é SOARES DE FRANÇA, Pe. Gonçalo. *Dissertação da história eclesiástica do Brasil*. Sociedade Geográfica de Lisboa, Res. 43-C-147, fs. 87-123.

podemos estimar a população total.<sup>23</sup> Comparando-se com o observado para a Bahia, assumimos que a população escrava representava 50% da população total da capitania. Para São Paulo, Maria Luiza Marcílio cita uma estimativa de Roberto Simonsen, que atribuiu um total de 15 mil habitantes à capitania de São Paulo.<sup>24</sup> Para o Piauí, Luiz Mott reuniu diversas estatísticas. Entretanto, após 1697, somente há novos dados em 1762; calculei 1720 a partir da interpolação entre 1697 e 1762.<sup>25</sup>

Para as demais capitanias, fiz uma extrapolação dos dados contidos na Tabela 4, adotando a taxa de crescimento anual observada entre 1808 e a data mais recuada disponível. Entretanto, esse procedimento revelou-se inconsistente para as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, bem como para Goiás e Maranhão. Para superar o problema, resolvi atribuir a elas a mesma proporção que elas tinham em 1780 em relação a capitanias com trajetória histórica e atividades econômicas semelhantes. Assim, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará foram comparadas com a Bahia, Goiás foi comparado com Minas Gerais e o Maranhão com o Pará. Pernambuco tinha 80,4% da população da Bahia em 1780 enquanto Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará tinham respectivamente 17,3%, 7,8% e 19,7% da população baiana no mesmo momento. Goiás tinha 17,2% da população mineira e o Maranhão tinha 84,6% da população do Pará em 1780. Outra inconsistência refere-se à população do Rio de Janeiro. Aplicando a taxa de decréscimo anual de 0,3% (taxa de crescimento entre 1779 e 1808), a população encontrada para 1720 era muito elevada tendo em vista o que se conhece sobre o Rio de Janeiro no período. Assim, como a região cresceu no século XVIII fortemente influenciada pelo desenvolvimento do ouro em Minas Gerais, apliquei o mesmo cálculo, considerando a relação que ela tinha com a população de Minas Gerais em 1780. Os valores obtidos e o total da população brasileira assim calculada para 1720 encontram-se na Tabela 5.

## O volume anual da população brasileira entre 1720 e 1872

Nessa quarta e última parte apresento a reconstrução do volume anual da população brasileira a partir das estatísticas recuperadas anteriormente. Na Tabela 6, apresento uma síntese do total obtido para a população brasileira nos anos selecionados. As taxas de crescimento anual obtidas merecem comentários à parte. Em primeiro lugar, elas são superiores àquelas encontradas por Giorgio Mortara. Como já havia sido destacado, os valores assumidos por Mortara para 1830 eram inconsistentes e o total para 1808, estimado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, estava superestimado. Pode-se afirmar isso pelo cotejo entre as novas taxas de crescimento anual aqui obtidas e o que se conhece da história brasileira do período. Entre 1720 e 1780, houve uma rápida expansão da economia brasileira em função da descoberta do ouro e da manutenção de uma atividade açucareira muito importante. A partir de

---

<sup>23</sup> LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas Gerais: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 411-413.

<sup>24</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2000, p. 71.

<sup>25</sup> MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 77.

1780, a crise do ouro provocou uma diminuição no ritmo de expansão demográfica, influenciada sobretudo pelo declínio das importações de escravos e da migração de portugueses.<sup>26</sup> Em 1808, a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e o crescimento econômico promovido pela agricultura (incluindo a expansão do café a partir do Rio de Janeiro) provocaram uma nova expansão demográfica. Essa expansão se manteve pelo menos até 1872, embora perdendo um pouco do fôlego: a taxa de crescimento anual caiu de 2,24% entre 1808 e 1830 para 2,19% entre 1830 e 1872.

Com base nesses novos cálculos para o total da população brasileira nos momentos escolhidos (1720, 1780, 1808, 1830 e 1872), é possível construir uma nova série anual para o volume da população brasileira nos séculos XVIII e XIX (Tabela 7).

---

<sup>26</sup> A esse respeito, ver ELTIS, David. *Economic Growth and The Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University Press, 1987, GODINHO, Vitorino Magalhães. L'emigration portugaise (XV-XX Siécles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde, *Revista de História Económica e Social*, I, 1978, p. 5-32.

Quadro 1

Cálculos gerais da população brasileira, 1776-1869

Ano	Autoridade	População
1776	Abade Corrêa da Serra	1.900.000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4.000.000
1810	Alexandre von Humboldt	4.000.000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2.860.525
1817	Henry Hill	3.300.000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4.396.132
1825	Casado Giraldes	5.000.000
1827	Rugendas	3.758.000
1829	Adrianno Balbi	2.617.900
1830	Malte-Brun	5.340.000
1834	Senador José Saturnino	3.800.000
1850	Senador Candido Baptista	8.000.000
1856	Barão do Bom Retiro	7.677.800
1867	O Império do Brasil na Exposição etc.	11.780.000
1868	Candido Mendes	11.030.000
1869	Senador T. Pompeu de Souza Brazil	10.415.000

Fonte: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, op. cit., p. 167.

Tabela 1

Estimativas da população por sexo e condição social, Brasil, 1808.

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Corte	104	26954	52,05	144	24831	47,95	51785
Rio de Janeiro	103	84534	46,12	168	98760	53,88	183294
Minas Gerais	98	235041	67,15	152	114959	32,85	350000
São Paulo	91	130813	75,52	124	42412	24,48	173225
Paraná	91	22215	81,73	101	4967	18,27	27183
Santa Catarina	93	29774	76,96	179	8913	23,04	38687
Rio Grande do Sul	106	60689	69,62	178	26478	30,38	87167
Espírito Santo	99	44950	64,01	115	25269	35,99	70219
Bahia	98	228388	67,98	148	107573	32,02	335961
Sergipe	101	61235	81,58	118	13826	18,42	75061
Alagoas	102	90438	77,96	143	25562	22,04	116000
Pernambuco	98	173035	70,84	148	71242	29,16	244277
Paraíba	99	74776	78,56	107	20406	21,44	95182
Rio Grande do Norte	100	41719	83,44	109	8281	16,56	50000
Ceará	96	135062	84,41	110	24938	15,59	160000
Piauí	111	47884	68,41	120	22116	31,59	70000
Maranhão	108	68082	56,73	124	51918	43,27	120000
Pará	88	54792	70,46	105	22972	29,54	77764
Amazonas	101	10836	59,42	96	7400	40,58	18236
Mato Grosso	90	14095	56,38	190	10905	43,62	25000
Goiás	85	35181	63,48	144	20241	36,52	55422
Brasil	98	1670492	68,90	141	753971	31,10	2424463

Fonte: PAIVA, Clotilde et al., op. cit., p. 31.

Tabela 2

Estimativas da população por sexo e condição social, Brasil, 1830.

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Corte, 1838	104	79025	57,44	144	58553	42,56	137578
Rio de Janeiro, 1835	103	153452	45,46	168	184105	54,54	337557
Minas Gerais, 1833-35	98	458073	66,05	142	235476	33,95	693549
São Paulo, 1836	95	200250	70,44	135	84016	29,56	284266
Paraná, 1830	95	30441	83,25	103	6125	16,75	36566
Santa Catarina, 1836	96	48741	78,93	158	13012	21,07	61753
Rio Grande do Sul, 1835	103	68439	71,79	148	26895	28,21	95334
Espírito Santo, 1835	94	25949	66,87	109	12858	33,13	38807
Bahia, 1835	101	432691	52,75	124	387567	47,25	820258
Sergipe, 1834	101	112658	70,21	118	47812	29,79	160470
Alagoas, 1835	101	41394	76,51	109	12709	23,49	54104
Pernambuco, 1835	94	244063	74,99	124	81413	25,01	325476
Paraíba, 1835	98	113804	83,82	104	21960	16,18	135764
Rio Grande do Norte, 1835	99	77706	88,35	101	10242	11,65	87948
Ceará, 1835	96	186049	87,99	106	25402	12,01	211451
Piauí, 1835	106	71385	75,20	109	23547	24,80	94932
Maranhão, 1835	106	82115	62,18	109	49953	37,82	132068
Pará, 1835	90	94707	65,96	109	48866	34,04	143573
Amazonas, 1835	100	12113	95,32	99	594	4,68	12707
Mato Grosso, 1835	125	28664	71,53	168	11409	28,47	40073
Goiás, 1832	102	55232	80,64	119	13257	19,36	68489
							0
<b>Brasil</b>	<b>99</b>	<b>2616952</b>	<b>65,87</b>	<b>132</b>	<b>1355771</b>	<b>34,13</b>	<b>3972723</b>

Fonte: Ver texto.

Tabela 3  
População brasileira por sexo e condição social, Brasil,  
1872.

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Corte	145	225943	69,58	319	98798	30,42	324741
Rio de Janeiro	109	490579	62,64	125	292637	37,36	783216
Minas Gerais	103	1669419	81,80	116	371362	18,20	2040781
São Paulo	105	681162	81,31	128	156602	18,69	837764
Paraná	104	107075	91,02	109	10560	8,98	117635
Santa Catarina	102	144818	90,36	125	15444	9,64	160262
Rio Grande do Sul	109	367102	84,41	111	67791	15,59	434893
Espírito Santo	103	58241	71,99	110	22659	28,01	80900
Bahia	109	1212590	87,82	113	168231	12,18	1380821
Sergipe	94	154027	87,19	92	22623	12,81	176650
Alagoas	99	312268	89,73	100	35741	10,27	348009
Pernambuco	103	752390	89,43	112	88928	10,57	841318
Paraíba	102	354690	94,28	99	21516	5,72	376206
Rio Grande do Norte	104	220959	94,44	102	13010	5,56	233969
Ceará	104	691778	95,59	88	31913	4,41	723691
Piauí	103	178426	88,24	101	23776	11,76	202202
Maranhão	100	284038	79,12	97	74941	20,88	358979
Pará	108	247779	90,02	103	27463	9,98	275242
Amazonas	121	56631	98,30	99	979	1,70	57610
Mato Grosso	109	53790	88,97	120	6667	11,03	60457
Goiás	100	149843	93,36	102	10652	6,64	160495
<b>Brasil</b>	<b>105</b>	<b>8413548</b>	<b>84,34</b>	<b>121</b>	<b>1562293</b>	<b>15,66</b>	<b>9975841</b>

Fonte: PAIVA, Clotilde et al., op. cit., p. 31.

Tabela 4  
Estimativa da população, Brasil, 1780

Capitania	Ano	População (1)	População (2) 1808	Crescimento Anual	População (3) 1780
Rio de Janeiro	1779	215.678	235.079	0,30	216.319
Minas Gerais	1776	319.769	350.000	0,28	323.380
São Paulo (inclui Paraná)	1776	116.975	200.408	1,68	124.847
Santa Catarina	1767	10.000	38.687	3,30	14.290
Rio Grande do Sul	1780	20.309	87.167	5,20	20.309
Bahia (e Sergipe?)	1780	288.848	411.022	1,26	288.848
Pernambuco (e Alagoas?)	1782	239.713	360.277	1,57	232.200
Paraíba	1782	52.468	95.182	2,29	50.064
Rio Grande do Norte	1782	23.812	50.000	2,85	22.453
Ceará	1782	61.408	160.000	3,68	56.884
Piauí	1778	26.410	70.000	3,25	28.126
Maranhão	1778	47.410	120.000	3,10	50.345
Pará	1772	55.315	77.764	0,95	59.502
Rio Negro	1772	10.386	18.236	1,56	11.685
Mato Grosso	1780	20.966	25.000	0,63	20.966
Goiás	1780	55.514	55.422	-0,01	55.514
<b>Brasil</b>		<b>1.564.981</b>	<b>2.354.244</b>	<b>1,43</b>	<b>1.575.733</b>

Observações:

População (1): dados publicados em ALDEN, Dauril, op. cit, p. 191, Tabela II.

População (2): dados publicados em PAIVA, Clotilde et al., op. cit., p. 31.

População (3): dados calculados a partir de População (1) e Crescimento Anual.

Tabela 5  
Estimativa da população, Brasil, 1720

Capitania	População (1)		População (2) 1808	Crescimento Anual (1)	População (3)		Crescimento Anual (2)	População (4) 1720
	Ano	Total			Ano	Total		
Rio de Janeiro	1779	215.678	235.079	0,30				60.773
Minas Gerais	1776	319.769	350.000	0,28	1721	91.108	2,28	90.851
São Paulo (inclui Paraná)	1776	116.975	200.408	1,68	1690	15.000	2,39	25.747
Santa Catarina	1767	10.000	38.687	3,30				0
Rio Grande do Sul	1780	20.309	87.167	5,20				0
Bahia (inclui Sergipe)	1780	288.848	411.022	1,26	1724	79.864	2,30	75.839
Pernambuco (e Alagoas?)	1782	239.713	360.277	1,57				60.966
Paraíba	1782	52.468	95.182	2,29				13.145
Rio Grande do Norte	1782	23.812	50.000	2,85				5.895
Ceará	1782	61.408	160.000	3,68				14.935
Piauí	1762	26.410	70.000	3,25	1697	438	6,31	1.073
Maranhão	1778	47.410	120.000	3,10				23.774
Pará	1772	55.315	77.764	0,95				28.098
Rio Negro	1772	10.386	18.236	1,56				1.941
Mato Grosso	1780	20.966	25.000	0,63				13.060
Goiás	1780	55.514	55.422	-0,01				15.596
<b>Brasil</b>		<b>1.564.981</b>	<b>2.354.244</b>					<b>431.695</b>

Observações:

População (1): dados publicados em ALDEN, Dauril, op. cit, p. 191, Tabela II.

População (2): dados publicados em PAIVA, Clotilde et al., op. cit., p. 31.

População (3): fontes citadas no texto.

População (4): dados calculados a partir de População (1) e Crescimento Anual (2) ou a partir de População (3) e Crescimento Anual (2).

Crescimento Anual (1): calculado entre População (1) e População (2).

Crescimento Anual (2): calculado entre População (1) e População (3).

Tabela 6  
Estimativas da população, Brasil, 1720-1872.

Ano	População Total	Crescimento Anual Calculado	Crescimento Anual Mortara
1720	431.695		
1780	1.575.733	2,16	
1808	2.424.463	1,54	
1830	3.972.723	2,24	1,28
1872	9.975.841	2,19	1,53

Tabela 7

## Totais anuais da população, Brasil, 1720-1872

Ano	População	Crescimento Anual	Ano	População	Crescimento Anual	Ano	População	Crescimento Anual
1720	431.695	2,16	1771	1.282.487	2,16	1822	3.308.178	2,24
1721	441.011	2,16	1772	1.310.162	2,16	1823	3.382.438	2,24
1722	450.527	2,16	1773	1.338.434	2,16	1824	3.458.365	2,24
1723	460.250	2,16	1774	1.367.317	2,16	1825	3.535.996	2,24
1724	470.181	2,16	1775	1.396.822	2,16	1826	3.615.370	2,24
1725	480.328	2,16	1776	1.426.965	2,16	1827	3.696.525	2,24
1726	490.693	2,16	1777	1.457.758	2,16	1828	3.779.503	2,24
1727	501.281	2,16	1778	1.489.215	2,16	1829	3.864.342	2,24
1728	512.099	2,16	1779	1.521.351	2,16	1830	3.972.723	2,19
1729	523.149	2,16	1780	1.575.733	1,54	1831	4.059.812	2,19
1730	534.439	2,16	1781	1.599.982	1,54	1832	4.148.810	2,19
1731	545.971	2,16	1782	1.624.604	1,54	1833	4.239.760	2,19
1732	557.753	2,16	1783	1.649.605	1,54	1834	4.332.703	2,19
1733	569.789	2,16	1784	1.674.991	1,54	1835	4.427.683	2,19
1734	582.085	2,16	1785	1.700.767	1,54	1836	4.524.746	2,19
1735	594.646	2,16	1786	1.726.940	1,54	1837	4.623.936	2,19
1736	607.478	2,16	1787	1.753.515	1,54	1838	4.725.301	2,19
1737	620.587	2,16	1788	1.780.500	1,54	1839	4.828.888	2,19
1738	633.978	2,16	1789	1.807.900	1,54	1840	4.934.746	2,19
1739	647.659	2,16	1790	1.835.722	1,54	1841	5.042.925	2,19
1740	661.635	2,16	1791	1.863.971	1,54	1842	5.153.474	2,19
1741	675.913	2,16	1792	1.892.656	1,54	1843	5.266.448	2,19
1742	690.499	2,16	1793	1.921.782	1,54	1844	5.381.898	2,19
1743	705.399	2,16	1794	1.951.356	1,54	1845	5.499.878	2,19
1744	720.621	2,16	1795	1.981.385	1,54	1846	5.620.445	2,19
1745	736.171	2,16	1796	2.011.877	1,54	1847	5.743.656	2,19
1746	752.058	2,16	1797	2.042.837	1,54	1848	5.869.567	2,19
1747	768.286	2,16	1798	2.074.274	1,54	1849	5.998.238	2,19
1748	784.865	2,16	1799	2.106.195	1,54	1850	6.129.730	2,19
1749	801.802	2,16	1800	2.138.607	1,54	1851	6.264.105	2,19
1750	819.105	2,16	1801	2.171.518	1,54	1852	6.401.425	2,19
1751	836.780	2,16	1802	2.204.935	1,54	1853	6.541.755	2,19
1752	854.837	2,16	1803	2.238.867	1,54	1854	6.685.162	2,19
1753	873.284	2,16	1804	2.273.320	1,54	1855	6.831.713	2,19
1754	892.129	2,16	1805	2.308.304	1,54	1856	6.981.476	2,19
1755	911.380	2,16	1806	2.343.826	1,54	1857	7.134.523	2,19
1756	931.047	2,16	1807	2.379.895	1,54	1858	7.290.924	2,19
1757	951.139	2,16	1808	2.424.463	2,24	1859	7.450.754	2,19
1758	971.664	2,16	1809	2.478.886	2,24	1860	7.614.088	2,19
1759	992.631	2,16	1810	2.534.530	2,24	1861	7.781.002	2,19
1760	1.014.052	2,16	1811	2.591.424	2,24	1862	7.951.575	2,19
1761	1.035.934	2,16	1812	2.649.594	2,24	1863	8.125.888	2,19
1762	1.058.289	2,16	1813	2.709.071	2,24	1864	8.304.022	2,19
1763	1.081.126	2,16	1814	2.769.882	2,24	1865	8.486.061	2,19
1764	1.104.456	2,16	1815	2.832.059	2,24	1866	8.672.090	2,19
1765	1.128.289	2,16	1816	2.895.631	2,24	1867	8.862.198	2,19
1766	1.152.637	2,16	1817	2.960.630	2,24	1868	9.056.473	2,19
1767	1.177.510	2,16	1818	3.027.088	2,24	1869	9.255.007	2,19
1768	1.202.920	2,16	1819	3.095.038	2,24	1870	9.457.893	2,19
1769	1.228.878	2,16	1820	3.164.514	2,24	1871	9.665.227	2,19
1770	1.255.396	2,16	1821	3.235.549	2,24	1872	9.975.841	-